A INFLUÊNCIA DA CULTURA AFRICANA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

GRACIANE LEANDRO BIRIBILI

Resumo
O artigo tem como objetivo analisar brevemente o desenvolvimento e os desdobramentos do sistema escravista no Brasil através de cinco aspectos fundamentais: a escravidão indígena, a escravidão africana, a economia escravocrata, as formas de resistência com destaque para os quilombos e o processo de abolição e seus limites. Utiliza-se o método de revisão bibliográfica, com base em obras de referência que discutem as múltiplas dimensões da escravidão no período colonial e imperial. O primeiro capítulo apresenta a escravização dos povos indígenas e os fatores que levaram à sua substituição pela mão de obra africana. O segundo capítulo trata da chegada dos africanos escravizados e do tráfico transatlântico. No terceiro capítulo, analisa-se a centralidade do trabalho escravo na economia brasileira, especialmente nos ciclos do açúcar, do ouro e do café. O quarto capítulo aborda as formas de resistência dos escravizados, com ênfase na organização dos quilombos como espaços de liberdade. Por fim, o quinto capítulo discute o processo de abolição e suas limitações, revelando que a liberdade conquistada em 1888 não foi acompanhada de políticas de inclusão ou reparação.
A análise tem o objetivo de mostrar que a escravidão sustentou os principais ciclos produtivos e influenciou profundamente a organização social e cultural do país. Por fim, conclui-se que a abolição formal da escravidão, embora legalmente significativa, ocorreu de maneira tardia, incompleta e sem políticas de reparação, perpetuando desigualdades que ainda marcam a sociedade brasileira e que os efeitos da escravidão permanecem vivos nas estruturas sociais e nas desigualdades raciais do Brasil contemporâneo.
Palavras-chave: Escravidão; Economia; Resistencia; Abolição; Racismo

Introdução

A história da escravidão no Brasil revela uma trama complexa e multifacetada, que transcende o simples relato da exploração do trabalho forçado para revelar profundas transformações sociais, econômicas e culturais que moldaram o país desde seus primeiros dias coloniais. No início dessa trajetória, os povos indígenas foram submetidos a um regime cruel de trabalho compulsório, resultado da tentativa inicial dos colonizadores portugueses de aproveitar a mão de obra local para sustentar seus empreendimentos. Porém, essa dinâmica sofreu reveses diante da resistência vigorosa das comunidades indígenas, além das pressões políticas e religiosas que condenavam tal prática.
Esse contexto levou à substituição progressiva da mão de obra indígena pela escravidão africana, que passou a sustentar por séculos a estrutura econômica do Brasil colonial. O tráfico transatlântico de africanos não só alimentou a demanda crescente por trabalho nos engenhos de açúcar, nas minas e nas plantações, mas também instaurou um sistema brutal de opressão que marcou para sempre a história e a identidade do país.
Entretanto, a escravidão no Brasil não pode ser entendida apenas como um sistema de exploração implacável. Foi também palco de resistência constante e corajosa por parte dos escravizados, que desafiaram o regime de opressão por meio de fugas, revoltas e da criação de quilombos — territórios autônomos que representaram verdadeiros refúgios de liberdade e preservação cultural em meio ao controle escravista. Além disso, o comércio ilegal de escravos, conhecido como mercado negro, desafiou as tentativas das autoridades coloniais e imperiais de regulamentar e restringir o tráfico, ampliando ainda mais o alcance da violência e da exploração.
O processo de abolição, finalizado em 1888, embora tenha representado um avanço fundamental e uma vitória simbólica, não foi capaz de reparar os danos sociais e econômicos gerados por séculos de escravidão. A libertação formal não garantiu a inclusão social, o acesso a direitos básicos ou o reconhecimento pleno da população negra, perpetuando desigualdades e traumas que

persistem até hoje.
Este artigo propõe uma análise aprofundada dessas múltiplas dimensões da escravidão no Brasil, explorando não apenas os aspectos econômicos e legais, mas também as resistências, os desafios do mercado negro e as limitações da abolição. Ao desvendar essa história complexa, pretende-se compreender como esse passado influencia as dinâmicas sociais contemporâneas e os caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1. Início da Escravidão e Escravização Indígena

A escravidão no Brasil começou logo nos primeiros anos da colonização portuguesa, ainda no século XVI, quando os europeus tentaram impor trabalho forçado aos povos indígenas. Os portugueses, ao encontrarem o território vasto e pouco povoado por europeus, precisaram de mão de obra para viabilizar a exploração econômica, especialmente nas frentes agrícolas e extrativistas. Assim, passaram a capturar indígenas com o intuito de utilizá-los como trabalhadores compulsórios.
A justificativa usada pelos colonizadores era de caráter religioso e civilizatório. Acreditava-se que os indígenas, por não serem cristãos e viverem segundo costumes diferentes dos europeus, poderiam ser subjugados e forçados a trabalhar. No entanto, essa prática foi alvo de intenso debate dentro da própria Igreja Católica, especialmente a partir da atuação dos jesuítas, que passaram a defender os indígenas da escravidão, propondo sua evangelização por meios "pacíficos". Apesar da oposição religiosa, a escravidão indígena foi recorrente nas primeiras décadas da colonização. Os colonos, interessados nos lucros gerados pelo uso da mão de obra nativa, promoveram guerras de captura e organizaram bandeiras (expedições) com o objetivo de aprisionar indígenas. Muitos desses povos foram deslocados de suas terras, mortos ou integrados forçadamente às estruturas coloniais.
Entretanto, a resistência indígena foi significativa. Vários grupos recusaram-se a trabalhar nos moldes europeus, fugiam para regiões de difícil acesso ou se rebelavam contra os colonizadores. Essa dificuldade, aliada ao alto índice de mortalidade causado por doenças e ao conhecimento que os indígenas tinham do território — o que facilitava as fugas —, fez com que os portugueses buscassem uma nova fonte de mão de obra: os africanos escravizados.
Segundo Luiz Felipe de Alencastro (2000), essa substituição se deu gradualmente, mas teve um impacto profundo na organização da colônia. Em uma citação longa e esclarecedora, o autor afirma:

"A substituição da mão de obra indígena pela africana não foi imediata nem uniforme em todas as regiões do Brasil colonial. No entanto, à medida que os colonos percebiam a dificuldade de dominar os povos nativos — seja por sua resistência ativa, seja pela proteção oferecida pelos missionários —, voltavam-se cada vez mais para o tráfico atlântico. Esse processo transformou a colônia brasileira em uma das maiores sociedades escravistas do mundo moderno, moldada não apenas pela exploração econômica, mas pela imposição de uma ordem racial e cultural baseada na escravidão africana" (ALENCASTRO, 2000, p. 114)".

Essa mudança de eixo marca o início da estruturação de uma sociedade profundamente escravocrata e racializada no Brasil, em que a mão de obra africana escravizada se tornou predominante e central na economia colonial. Apesar de marginalizada nos registros oficiais, a escravidão indígena deixou marcas duradouras e representa uma das dimensões mais violentas da conquista colonial. A captura, a deportação forçada e o uso sistemático dos indígenas como mão de obra escrava configuraram uma política de extermínio físico e cultural que comprometeu profundamente a autonomia dos povos nativos.
Essa escravidão, muitas vezes legitimada por argumentos religiosos, era extremamente violenta. Os indígenas foram arrancados de seus territórios, forçados a viver em aldeamentos controlados por colonos ou missionários, e muitas vezes obrigados a abandonar suas línguas, crenças e modos de vida. Além disso, enfrentaram doenças trazidas pelos europeus, que dizimaram populações inteiras, e guerras de captura promovidas

por bandeirantes.
Segundo John Manuel Monteiro (1994), um dos principais estudiosos da escravidão indígena no Brasil, o impacto dessa prática não pode ser subestimado. Ele descreve com clareza as consequências profundas dessa forma de dominação em uma citação longa e representativa:
"A escravização indígena deixou marcas profundas e permanentes na história dos povos nativos e na própria formação da sociedade brasileira. Ao serem desestruturadas suas formas de vida, redes de parentesco e relações territoriais, os indígenas passaram a ocupar posições de marginalidade que perduram até hoje. Mais do que uma simples etapa inicial da colonização, a escravidão dos índios representou uma dimensão estrutural da conquista, marcada por violência, deslocamentos forçados e tentativas sistemáticas de apagamento cultural" (MONTEIRO, 1994, p. 218)".

O legado dessa prática é visível até hoje, tanto nas desigualdades sociais enfrentadas por populações indígenas quanto na dificuldade de acesso à terra, à educação e à cidadania plena. A violência colonial contra os povos indígenas foi, portanto, um processo contínuo de dominação que deixou cicatrizes históricas que ainda não foram plenamente reparadas.

2. Chegada dos Africanos Escravizados

A substituição gradual da mão de obra indígena por africanos escravizados representou uma profunda mudança na lógica de exploração colonial implantada no Brasil pelos portugueses. Desde o início do século XVI, com o avanço das atividades açucareiras no litoral nordestino, os colonizadores perceberam que a demanda por trabalhadores seria muito maior do que a capacidade de escravização dos povos nativos. Diante disso, recorreram ao tráfico negreiro como solução sistemática e permanente, promovendo a integração do Brasil a um dos maiores sistemas de comércio humano da história.
Diferente do que se poderia imaginar como uma mera troca de mão de obra, a escravidão africana consolidou-se como parte estrutural de um modelo econômico globalizado. O tráfico atlântico de escravizados ligava três continentes — Europa, África e América — em uma rede comercial que envolvia armas, tecidos, tabaco, açúcar e seres humanos. A África, nesse sistema, foi convertida em grande fornecedora de cativos para o trabalho forçado nas Américas, especialmente no Brasil, que recebeu mais de 40% do total de africanos escravizados enviados ao Novo Mundo, o que representa cerca de 4,8 milhões de pessoas (KLEIN & LUNA, 2010).
Esses homens, mulheres e crianças eram capturados em guerras intertribais, entregues por chefes locais sob pressão europeia ou sequestrados por traficantes. Após isso, eram conduzidos a portos africanos, onde eram embarcados em navios negreiros. A viagem pelo Atlântico, conhecida como "passagem intermediária", era uma experiência desumana, marcada pela superlotação, escassez de alimentos e água, abusos físicos, doenças e alta mortalidade. Muitos não chegavam ao destino, morrendo em alto-mar e sendo jogados ao oceano sem qualquer cerimônia.
Ao desembarcarem em solo brasileiro, principalmente em portos como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, os sobreviventes eram vendidos em leilões públicos, marcados com ferros em brasa e forçados a adotar uma nova identidade imposta pelo colonizador, incluindo a conversão forçada ao cristianismo. Esse processo brutal visava despersonalizá-los e romper quaisquer laços com suas culturas de origem, o que reforçava a lógica da dominação colonial.
A historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2019) resume com clareza e sensibilidade as implicações humanas dessa migração forçada em uma citação longa e reveladora:

"O Brasil foi, de fato, o maior receptor de africanos escravizados durante o período do tráfico atlântico. Mas, mais do que números, é preciso compreender o significado humano e cultural dessa violência. Cada navio que aportava trazia homens e mulheres arrancados de suas comunidades, línguas, famílias e religiões. Esses africanos não vieram como peças ou mercadorias, mas como sujeitos históricos, que resistiram à desumanização e ajudaram a construir a identidade do Brasil. A escravidão africana não foi apenas uma

tragédia numérica — foi uma ferida aberta que moldou o Brasil colonial e pós-colonial em suas bases mais profundas" (SCHWARCZ, 2019, p. 56)".

A presença africana no Brasil, além do aspecto econômico, influenciou profundamente a cultura, a religião, a culinária, a música e as relações sociais do país. Contudo, essa contribuição ocorreu sob um regime de extrema violência e opressão, que organizou a sociedade com base em hierarquias raciais, jurídicas e morais. A partir do século XVII, o Brasil se tornaria uma das maiores sociedades escravistas do mundo, com a escravidão negra servindo de base para sua economia, estrutura social e construção identitária — um legado ainda perceptível nas desigualdades raciais do presente.

A presença africana no Brasil ultrapassa amplamente os limites da exploração econômica. Apesar de terem sido trazidos à força em condição de escravizados, os africanos e seus descendentes desempenharam um papel central na formação da identidade brasileira, deixando marcas profundas e duradouras na cultura, nos costumes, na religiosidade, na culinária, na música e nas relações sociais do país. Ainda que tenham sido submetidos a um regime brutal de opressão, violência e desumanização, foram também protagonistas de resistência e transformação, contribuindo ativamente para a construção da sociedade brasileira.

Desde os primeiros séculos da colonização, os africanos trouxeram consigo línguas, cosmovisões, crenças religiosas, técnicas agrícolas, modos de vida e formas de organização social que se enraizaram em diferentes regiões do território. Os cultos de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, por exemplo, resistiram à repressão oficial e sobreviveram como expressão da espiritualidade afro-brasileira. A culinária foi igualmente marcada por ingredientes e técnicas africanas, como o uso do azeite de dendê, do inhame e do feijão-preto. Já na música, ritmos como o samba, o maracatu e a capoeira surgiram da fusão entre as tradições africanas e o cotidiano de resistência à opressão.

Entretanto, essa rica herança cultural se desenvolveu sob um dos sistemas de escravidão mais duradouros e violentos do mundo moderno. A sociedade brasileira foi organizada ao redor de hierarquias raciais e jurídicas que legitimaram a dominação dos brancos sobre os negros. A cor da pele tornou-se critério de exclusão social, e o status de escravizado foi juridicamente transmitido por gerações. Como consequência, o Brasil consolidou-se, a partir do século XVII, como uma das maiores sociedades escravistas da história, tendo sua economia e estrutura social inteiramente moldadas pelo trabalho forçado.

Como destaca o sociólogo Jessé Souza (2017), essa base escravocrata não desapareceu com a abolição formal em 1888, mas continuou a operar por meio de novas formas de desigualdade e exclusão racial. Em uma citação longa e esclarecedora, o autor escreve:

"A escravidão não se extinguiu com a assinatura da Lei Áurea. Ela foi simplesmente transfigurada. A mesma lógica de desvalorização do outro, construída ao longo de séculos, permaneceu viva nas estruturas sociais e institucionais do país. O Brasil nunca rompeu verdadeiramente com o passado escravista; ao contrário, naturalizou a desigualdade como parte de seu funcionamento. A contribuição dos africanos à formação nacional foi sistematicamente apagada ou exotizada, enquanto o preconceito racial se manteve como um dos alicerces invisíveis da vida cotidiana" (SOUZA, 2017, p. 122)".

Portanto, a contribuição africana à identidade brasileira é inegável e profunda, mas foi construída em meio a uma realidade de opressão e resistência. A herança da escravidão ainda se manifesta nas disparidades sociais, na exclusão econômica e no racismo estrutural enfrentado pela população negra. Reconhecer esse legado é essencial não apenas para compreender a história do Brasil, mas também para enfrentar as desigualdades do presente com responsabilidade e justiça.

3. Economia Escravocrata

Durante mais de três séculos, a escravidão foi a base da economia brasileira. Do engenho ao garimpo, da lavoura ao serviço urba-

no, os escravizados eram parte essencial da produção de riqueza. A lógica econômica estava inteiramente ligada à propriedade sobre pessoas.
Como aponta Mattoso (2003), "a escravidão era mais do que um sistema de trabalho: ela estruturava a sociedade brasileira como um todo, inclusive no modo como as relações sociais e familiares eram construídas" (p. 29).
A escravidão africana, durante mais de três séculos, sustentou a base produtiva do Brasil colonial e parte do Império. Desde os primeiros engenhos de açúcar no litoral nordestino até os garimpos de ouro e diamantes no interior, passando por plantações de algodão, lavouras de café e até serviços urbanos, o trabalho escravizado foi essencial para garantir o funcionamento da economia colonial. A estrutura produtiva do Brasil foi construída em torno da lógica da escravidão, em que pessoas negras eram tratadas como propriedade, mensuradas em valores monetários e exploradas sem qualquer direito legal.
A escravidão não era uma atividade periférica ou temporária: ela era o coração da economia. As fortunas coloniais, os investimentos europeus e até mesmo as instituições políticas giravam em torno da manutenção da propriedade sobre os corpos escravizados. A acumulação de riqueza por parte das elites agrárias brasileiras estava diretamente ligada à posse de escravos, que eram vistos como capital vivo — mais valiosos, em muitos casos, do que a terra propriamente dita.
Além da produção agrícola, os escravizados também eram amplamente utilizados nas cidades. Em áreas urbanas como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, eles desempenhavam atividades diversas: eram artesãos, vendedores ambulantes, carregadores, cozinheiros, pedreiros, e inclusive alugados por seus senhores como fonte de renda. Isso mostra que a escravidão não se restringia ao campo ou ao interior, mas estava presente em todas as esferas da vida econômica e social do país.
Essa lógica influenciava profundamente a estrutura de classes e a organização da sociedade brasileira. Ter escravizados era símbolo de status, de poder e de ascensão social. A cultura escravocrata impregnava as relações interpessoais, moldava o funcionamento das instituições e era ensinada como algo "natural". A elite senhorial consolidou-se como dominante, não apenas pelo controle econômico, mas também por ditar os valores morais e políticos da sociedade.
A historiadora Kátia de Queirós Mattoso, em sua obra sobre a escravidão no Brasil, oferece uma análise poderosa que vai além da dimensão econômica, revelando como a escravidão era o alicerce da própria organização social brasileira. Em uma citação longa e reveladora, ela afirma:
"A escravidão no Brasil colonial não deve ser vista apenas como um sistema econômico de exploração do trabalho. Ela foi, sobretudo, um elemento constitutivo da ordem social. Os vínculos entre senhores e escravos ultrapassavam os limites do trabalho, influenciando o modo como se organizavam as famílias, as relações de autoridade, os padrões de comportamento e até mesmo a religiosidade. O escravismo criou uma cultura específica, marcada pela desigualdade e pela dominação, que perdurou mesmo após a abolição formal da escravidão" (MATTOSO, 2003, p. 29)".

Esse modelo econômico e social baseado na escravidão gerou lucros imensos para os colonizadores e para a metrópole portuguesa, mas teve um custo humano incalculável. Milhões de africanos e seus descendentes foram privados de sua liberdade, de suas culturas e de seus vínculos familiares. Muitos morriam precocemente em consequência dos castigos, da desnutrição, das péssimas condições de vida e da sobrecarga de trabalho.

4. Resistência e Quilombos

A história da escravidão no Brasil não pode ser compreendida apenas a partir da dominação e da exploração impostas aos africanos e seus descendentes. Desde os primeiros momentos da escravização, os próprios escravizados desenvolveram diversas formas de resistência, desafiando o regime escravocrata em seus múltiplos aspectos. Essas resistências assumiram formas variadas: desde atos cotidianos, como a sabotagem do trabalho, fingimento de doenças e desacato

aos senhores, até formas coletivas de rebelião, fuga e organização de comunidades autônomas conhecidas como quilombos.
Os quilombos foram, sem dúvida, uma das expressões mais simbólicas e poderosas da resistência negra no Brasil. Eles surgiram em diferentes regiões do território colonial, especialmente em áreas de difícil acesso, como matas, serras e vales, onde grupos de negros fugidos (muitas vezes acompanhados por indígenas ou mestiços) buscavam reconstruir uma vida livre, baseada em princípios próprios de organização social, cultural e espiritual.
Entre todos os quilombos, o mais emblemático foi o Quilombo dos Palmares, localizado na atual região de Alagoas. Palmares chegou a reunir, ao longo do século XVII, uma população estimada entre 20 e 30 mil habitantes, vivendo em uma estrutura complexa de vilas chamadas mocambos, com economia agrícola, comércio e formas de autodefesa contra os ataques de tropas coloniais.
A existência prolongada de Palmares, por quase cem anos, e sua capacidade de resistir a sucessivas expedições militares, desafiaram a lógica do poder colonial e mostraram que os escravizados não aceitavam passivamente sua condição. Ao contrário, lutavam ativamente por liberdade, autonomia e dignidade. Como aponta o historiador Flávio dos Santos Gomes (2015), os quilombos "eram muito mais do que esconderijos ou refúgios temporários; eram espaços de reinvenção da liberdade, de reconstrução de laços sociais e culturais rompidos pela escravidão".
Em uma citação longa e fundamental para entender a complexidade dos quilombos, Gomes afirma:

"Os quilombos não devem ser vistos como simples focos de rebelião ou resistência armada. Eles eram territórios simbólicos e reais de contrapoder, onde se experimentavam outras formas de vida, diferentes daquelas impostas pelo sistema escravista. Neles, os valores herdados da África eram ressignificados e combinados com a realidade local. A pluralidade étnica, a diversidade cultural e a constante ameaça de repressão exigiam desses grupos uma capacidade única de adaptação e de organização. Por isso, os quilombos foram, ao mesmo tempo, espaços de memória, de resistência e de criação coletiva de novos mundos possíveis" (GOMES, 2015, p. 64)".

Os quilombos, portanto, representaram uma das mais importantes formas de resistência coletiva ao regime escravocrata, revelando não apenas o desejo de liberdade, mas também a capacidade dos africanos e afrodescendentes de criar sociedades alternativas em meio à opressão. Mesmo diante da perseguição violenta, muitos desses núcleos sobreviveram por décadas e influenciaram lutas sociais que viriam séculos depois.
Além de Palmares, outros quilombos de destaque existiram no Maranhão, em Goiás, no interior de São Paulo e na região amazônica. Alguns desses quilombos se integraram posteriormente à formação de comunidades rurais e cidades, deixando um legado cultural, político e espiritual que permanece vivo até hoje nas chamadas comunidades remanescentes de quilombos, reconhecidas pela Constituição de 1988.
Em suma, a resistência negra durante a escravidão, especialmente por meio da formação de quilombos, não foi apenas uma reação à violência: foi também uma forma de afirmar a vida, a liberdade e a continuidade de um projeto coletivo de humanidade negado pelo regime escravista.

5.O Processo de Abolição e seus Limites

O processo de abolição da escravidão no Brasil foi marcado por uma série de avanços legais e pressões sociais, mas também por importantes limitações que evidenciam a complexidade desse momento histórico. A abolição formal, conquistada em 1888 com a assinatura da Lei Áurea, não representou um ponto final na luta por igualdade e direitos para os afrodescendentes, que permaneceram socialmente marginalizados.
Desde o século XIX, o Brasil sofreu crescente pressão internacional, especialmente da Inglaterra, para pôr fim ao tráfico transatlântico de escravizados. Essa pressão, somada à mudança dos interesses econômicos e ao fortalecimento de movimentos abolicionistas internos, resultou na promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que proibiu

oficialmente o tráfico de pessoas escravizadas. Contudo, o fim do tráfico não significou o fim imediato da escravidão, que continuou a ser a base da economia nacional por mais algumas décadas.

A abolição no Brasil ocorreu de maneira gradual e parcial, por meio de leis intermediárias, que buscavam "amenizar" o sistema escravista sem romper totalmente com ele. A Lei do Ventre Livre, de 1871, concedeu liberdade às crianças nascidas de mulheres escravizadas, mas manteve seus pais e mães na condição de escravos. Posteriormente, a Lei dos Sexagenários, de 1885, libertou os escravos com mais de 60 anos, mas essa medida tinha efeito limitado, pois poucos alcançavam essa idade trabalhando sob condições tão duras. Somente em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, a escravidão foi oficialmente abolida em todo o território nacional.

Apesar da importância simbólica e jurídica da Lei Áurea, sua implementação revelou fragilidades profundas. Como destaca Lilia Moritz Schwarcz (2019):

"A abolição aconteceu sem nenhuma política de inserção social, econômica ou educacional para os ex-escravizados. A liberdade foi decretada, mas não garantida; os negros foram simplesmente lançados à própria sorte, numa sociedade que continuava marcada pelo racismo e pela exclusão" (p. 112)".

Essa ausência de políticas públicas estruturadas impediu que a liberdade se transformasse em cidadania plena para os libertos. Sem acesso à terra, educação ou trabalho formal, a maioria dos ex-escravizados enfrentou um cenário de pobreza extrema e exclusão social, o que perpetuou as desigualdades raciais que ainda hoje são visíveis na sociedade brasileira.

Como enfatiza a historiadora Lilia Moritz Schwarcz em sua obra, o processo de abolição da escravidão no Brasil não representou o fim das desigualdades nem das estruturas de dominação racial que marcaram o país por séculos. Schwarcz afirma:

"A abolição da escravidão no Brasil, formalizada pela assinatura da Lei Áurea em 1888, foi um marco legal crucial, mas que não foi acompanhado de nenhuma política concreta para integrar os ex-escravizados à sociedade. Eles foram libertados, sim, porém lançados numa sociedade profundamente desigual e excludente, sem acesso à terra, ao trabalho digno ou à educação. A ausência de políticas públicas estruturadas para a população negra libertada resultou em um cenário de marginalização social e econômica que perdura até hoje. Por isso, a liberdade conquistada foi, em muitos aspectos, uma liberdade sem direitos, um abandono que fez do pós-abolição um período de continuidade da opressão sob outras formas" (SCHWARCZ, 2019, p. 112)".

Além disso, o processo de abolição evidenciou a resistência das elites agrárias, que viam na mão de obra escrava a base de sua riqueza. Muitos fazendeiros buscaram alternativas para manter o controle sobre a população negra libertada, incluindo a imposição de formas de trabalho compulsório, contratos abusivos e práticas discriminatórias. Portanto, a abolição legal não eliminou as estruturas de dominação racial e social, apenas as remodelou.

Em resumo, o processo de abolição da escravidão no Brasil, embora tenha sido um marco histórico de grande relevância, apresenta importantes limites em sua implementação. A ausência de políticas de inclusão e o legado do racismo estrutural continuam a impactar profundamente as relações sociais no país. Compreender esses limites é fundamental para a reflexão crítica sobre a trajetória histórica do Brasil e para o enfrentamento das desigualdades raciais ainda persistentes.

Conclusão

A escravidão foi um dos pilares essenciais na formação histórica, econômica e social do Brasil durante os séculos XVI ao XIX, moldando profundamente a trajetória do país em diversos aspectos. Nesse período, o Brasil tornou-se o maior destino de africanos trazidos à força para as Américas, totalizando milhões de pessoas submetidas a condições desumanas e sofrimento extremo. Essa realidade não apenas impulsionou o desenvolvimento econômico colonial, mas também estabeleceu bases duradouras para as estruturas de poder e desigualdade que ainda

marcam a sociedade brasileira.

No início da colonização, os portugueses tentaram inicialmente explorar a mão de obra indígena, porém a forte resistência dos povos originários, aliada à atuação da Igreja Católica contrária à escravização desses grupos, fez com que o tráfico de africanos ganhasse força. Os africanos foram rapidamente incorporados como principal força de trabalho, devido à sua suposta maior resistência física e ao fato de estarem distantes de suas redes comunitárias locais, o que facilitava o controle e a exploração pelas elites coloniais.

Ao longo do ciclo econômico da cana-de-açúcar no Nordeste, da mineração de ouro e diamantes em Minas Gerais e, posteriormente, da expansão da lavoura cafeeira, a mão de obra escrava sustentou integralmente a produção e o crescimento econômico. Contudo, a escravidão não se limitou apenas a um sistema produtivo: ela foi o elemento central que estruturou as relações sociais, culturais e políticas, influenciando profundamente o modo de vida da população colonial e deixando marcas que repercutem até os dias atuais.

Mesmo diante da brutalidade e da opressão do sistema escravista, as pessoas escravizadas encontraram maneiras de resistir. Fugir, formar quilombos e promover revoltas eram estratégias frequentes que demonstravam a recusa à submissão total e a busca por autonomia e dignidade. Essas formas de resistência foram fundamentais para manter viva a cultura africana e para contestar o sistema que os mantinha em cativeiro.

No século XIX, o Brasil enfrentou transformações internas e pressões internacionais que resultaram na implementação de leis progressivas, que restringiram o tráfico de escravizados e, eventualmente, levaram à abolição da escravidão em 1888. No entanto, a assinatura da Lei Áurea representou apenas a libertação formal das pessoas escravizadas, sem que houvesse um compromisso real com a inclusão social, a reparação histórica ou a igualdade de oportunidades para os ex-escravizados. Esse abandono pós-abolição gerou um ciclo de exclusão, pobreza e discriminação, perpetuando desigualdades raciais e sociais profundas que ainda são sentidos na atualidade.

Assim, compreender o processo de escravidão e abolição no Brasil é fundamental para entender os desafios contemporâneos relacionados ao racismo estrutural e às desigualdades persistentes. A história da escravidão, com suas dores, resistências e lacunas, ainda ecoa na sociedade brasileira e deve ser lembrada não apenas como um passado sombrio, mas como um chamado para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. Escravidão no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Servos do poder: origem e destino dos cativos no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.